



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012

Acta n.º 24

Ao vigésimo primeiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de onze de Junho e Aditamento de treze de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 19 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de Novembro e Dezembro de 2012 e Janeiro e Fevereiro de 2013, nos termos das alíneas a), e) e h) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 19 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Protecção Civil. -----

ADITAMENTO -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro;-----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal - 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Luís Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto



de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela (membro suplente PS), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS) (21:50h), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD) (21:50h), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD) (21:55h), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD) (21:50h), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (22:00h), Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, Carlos Sérgio Freire Quintino (22:10h), José Manuel Bota Sequeira (21:50h) e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis (22:15h), e do Vereador em regime de não permanência David Martins. ----

FALTAS: Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD) e Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD).-

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Miguel Mesquita, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Luís Fernandes, Sara Carvela e Nuno Lisboa. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público presente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura: "Houve momento, quando eu estive na marinha, um barco que quase teve problemas com outro por causa de um jogo de futebol. Houve momentos em que me consideraram "maluquinho", disparatado, que tinha dificuldades e riam-se. Isto simplesmente para dizer que, eu vim sempre aqui para defender os meus interesses. Esses interesses pelos quais fui vítima de uma certa tirania. Um indivíduo meteu uma caixa da PT, uma espécie de um caixão, onde já existia uma outra. Eu pergunto: como vivo num país que é diferente, evidentemente que essas coisas não se põem à frente de uma casa comercial. Puseram, tornaram a por, tive problemas vários. Na última reunião em que tive aqui, onde estava o Sr. Presidente, disse algo que não correspondia, estava com receio porque eu disse que a própria Câmara me prejudicou por intermédio de uma pessoa que era do CDS. Na conclusão disto tudo, eu tenho aqui muitas coisas para ler mas acho que não vale a pena estar a perder tempo porque eu sou um "maluco" e dessa



forma fiz greve de fome, para algumas pessoas que não estejam ao corrente. Só tenho a perguntar o seguinte: se num problema de água, penso que foi aqui dito, quatro milhões de euros que um certo patronal deve à Câmara, não deveria estar a pagar? Pergunto se, pessoas com certas dificuldades financeiras, aqui de Albufeira, se por acaso cortam-lhes a água? Uma pergunta que agradeço que respondam. Outra questão, a Faceal. Se não estou em erro, foi comprada pela Câmara porque houve uma aquisição inicial de um milhão de euros. Entretanto de um milhão passou para três milhões e meio. Acho que a Câmara, o Sr. Presidente ou alguém que possa dizer, se realmente a Faceal foi comprada por três milhões e meio. Se foi comprada por esse valor, nos nossos impostos houve uma sabotagem, porque não têm o direito de comprar algo por esse valor. Com esse dinheiro tinham comprado terrenos e faziam casas em Albufeira, Paderne, em vários sítios. Na conclusão disso, há a praia do Peneco, há a praia dos Pescadores, e uma outra que é Forte de S. João e Inatel. Se estou ao corrente, parece que falta a Bandeira Azul. E eu pergunto se me poderão explicar, o porquê dessas praias não terem Bandeira Azul? Algum motivo é. Eu sei mais ou menos o que é! Só para finalizar: eu até à data de hoje não sou maluco. Nesta sala mandaram-me para o "menino Jesus", para o "senhor carvalho" e ninguém disse nada. Aqui, várias vezes, mandaram-me calar por vários motivos. Eu pergunto: quem é mais maluco, sou eu ou as pessoas que me trataram mal? Penso que não se brinca com o dinheiro dos contribuintes. Com as festas que foram feitas, a Câmara actualmente tem uma dívida de não sei quanto. Já me disseram que era de trinta milhões, depois foi de sessenta milhões, depois de cento e vinte milhões. Eu gostaria de saber, se me pudessem dizer, qual é a dívida neste momento da Câmara Municipal? Como cidadão e como contribuinte, por enquanto posso ir pagando, gostaria de saber sobre estas perguntas que fiz a V. Exas. Muito obrigado. Hoje vou ficar para ver se me respondem." -----

Presidente da Câmara - "Hoje que o Senhor ficou cá, vou responder. Boa noite! Três ou quatro questões que foram colocadas pelo Sr. Carlos Ventura. Em relação à água: a dívida das empresas e dos particulares à Câmara Municipal de Albufeira é, exactamente, um valor próximo dos cinco milhões de euros. Em grande parte deste processo, há cortes de pagamento e as pessoas mais carenciadas algumas pagam a água, como sabem, a preços reduzidos e portanto há sempre uma forma de encontrar soluções para aqueles que têm essa dificuldade, sempre o fizemos e continuaremos a fazê-lo. Em relação às unidades hoteleiras, há cortes de pagamento, e nós aqui também temos de salvaguardar, não vamos cortar a água a um hotel que tem duzentos ou trezentos trabalhadores e que, obviamente, em termos sociais, isso pode complicar a vida das famílias e complicar, também, a receita que esse hotel pode ter para depois distribuir pelos seus empregados. Há formas de pagamento e alguns vão pagando. Na questão das praias. Uma bandeira azul obriga a que haja um conjunto de vinte e três



critérios, onde todos eles têm de bater certo. As praias urbanas de Albufeira ainda não estão em condições de serem aceites pela Associação Internacional de Bandeira Azul porque há alguns critérios que ainda não estão, nomeadamente a questão das falésias, das acessibilidades. Há questões que estão a ser negociadas de modo a serem corrigidas e, penso que, no próximo ano já haverá condições, até porque ainda estava em fase final do areal. Como sabem a candidatura é feita no final do ano, início do ano, a parte do Forte de S. João já foi acabada não há muito tempo. A questão da dívida. A dívida é pública, tem duas partes, a médio/longo prazo e a curto prazo. O valor global da dívida anda à volta dos cento e cinco, cento e seis milhões de euros. Metade é de médio/longo prazo e a outra metade é de curto prazo. Este é mais ou menos o valor daquilo que perguntou. Sobre a questão da Faceal. Houve, obviamente, uma proposta. Isso está tudo no âmbito do processo, quer à Câmara quer à Assembleia Municipal. Portanto, sobre isso não vou comentar mais nada." -----

António Nóbrega - "Boa noite a todos! São três pontos muito breves, muito sintéticos, que eu queria admitir aos Membros da Assembleia e ao público presente. Em primeiro lugar queria que fizessem um grande favor, que era receberem um dos livros de minha autoria que incide sobre reabilitação urbana. Eu preocupei-me, de facto, em escrever duas obras que incidem sobre matérias que neste momento são importantes. A primeira é reabilitação urbana porque nós, no nosso país, já construímos habitações para catorze milhões de habitantes e portanto nós estamos a reduzir a população, somos dez milhões, não é necessário tanta habitação, tanta construção civil. E nesta altura, Portugal só tem uma saída, é dedicar-se à reabilitação urbana, como se vê na nossa própria cidade os núcleos urbanos estão a "morrer", a desertificar. Estão a transformar a cidade naquilo que ela nunca deveria ter sido. Portanto, nós construímos fora dos aglomerados urbanos e agora é necessário construir dentro dos aglomerados e recuperar a cidade. Para além disso, a construção civil é uma bola em desenvolvimento, atrás do edifício está o pedreiro, está o carpinteiro, está o gabinete dos advogados, está toda essa gente que está ligada à actividade económica. Por isso eu dediquei a minha obra à reabilitação urbana, tem o prefácio do meu professor que é o Marcelo Rebelo de Sousa, é a minha décima publicação sobre matérias do meu trabalho, tem a ver com a minha actividade profissional. Acabei de estudar urbanismo e avancei nesse estudo, aprofundei. A reabilitação urbana não tem a ver só com o edifício, é um erro que nós estamos a cometer neste momento, tem a ver com as pessoas que vivem dentro dos aglomerados urbanos e nos arredores, nas zonas envolventes. Tem a ver com as pessoas e com as actividades económicas. A minha perspectiva foi também escrever um livro sobre o Licenciamento Zero, que não consegui trazer aqui para oferecer, mas todos têm conhecimento da matéria, tem a ver exactamente com estes regulamentos que vão ser hoje aprovados. E os



regulamentos, ao contrário daquilo que parecem, não isentam os particulares de pagar taxas relativas à ocupação da via pública. Isto é uma ideia que surgiu não se sabe bem de onde, não se sabe de que forma surgiu, porque os municípios têm a legitimidade, têm a obrigatoriedade da intervenção no espaço público. Os particulares podem utilizá-lo, o sistema é simplificado, basta declarar o que pretendem ocupar, mas não é normal que qualquer cidadão com o seu interesse próprio, com o seu interesse comercial, ocupe o espaço público de uma forma que não deve ou que não pode. Por isso a Câmara tem legitimidade de controlar o espaço público! Como tem legitimidade, também tem obrigatoriedade de cobrar as taxas, ao contrário daquilo que tem aparecido nos regulamentos publicados por alguns municípios. É um alerta, também que é necessário fazer e é necessário ter em consideração. O facto de se dizer que não há controlo prévio, significa que há controlo sucessivo, que depois se aplica, há taxas a cobrar. É o mesmo que, a Câmara ter um espaço de feiras para exposição e os particulares não têm que pedir nada, têm de expor lá as suas bancadas mas não pagam nada a ninguém. Quer dizer, a Câmara é que mantém os particulares. Essa é a diferença! É preciso aprofundar e fazer os regulamentos como eles devem ser feitos, sob pena de se prejudicar o interesse público. Portanto, o que eu quero dizer: as actividades económicas estão também envolvidas na reabilitação urbana. A questão é encarar a reabilitação urbana e dar-lhe condições para a vida. Só vos quero pedir que recebam o livro e agradecer-vos por isso e terminar esta minha intervenção em relação à entrega e oferta do meu livro. No entanto, queria falar de outro assunto que tem a ver com o Conservatório de Albufeira. O Conservatório é uma instituição de interesse público. Temos quatrocentos alunos, são crianças e jovens, e tem adultos envolvidos. Não temos nenhum subsídio especial, nunca tivemos nenhum défice nem nenhuma dívida porque aprendemos a gerir os nossos recursos de uma forma mais rigorosa porque gerimos da nossa vida privada. Como são recursos que não são nossos, nós aprendemos a fazer essa gestão. E neste momento temos grandes dificuldades, mas queremos avançar, queremos evoluir, queremos construir a nossa sede. E a nossa sede será um estabelecimento de ensino superior, esta ideia já vinha sido maturada há uns anos para cá, inclusivamente já fui ver dois terrenos com o Sr. Presidente e depois optámos por concentrar a nossa ideia no terreno do Imortal que era da Câmara Municipal e que depois houve aquela confusão que vocês muito bem se lembram. Porque há-de ser ali? Porque é uma zona residencial da cidade, onde mora a população. Os miúdos que frequentem o Conservatório, que há-se ser, se Deus quiser, e se vocês assim o entenderem, a única e primeira escola de ensino superior de Albufeira, não necessitam de transportes públicos, eles podem deslocar-se a pé. A ideia é facultar um estabelecimento de ensino àqueles que têm necessidade e àqueles que cá residem. Eu apresento este pedido à Assembleia Municipal, no sentido de obter a vossa



colaboração e o vosso apoio. Eu sei perfeitamente que é à Câmara Municipal que cabe decidir em relação a essa matéria, mas não quero deixar de reconhecer a dignidade que tem a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, é um órgão que tem dignidade, cada um dos seus elementos pode colaborar e deve colaborar no sentido de melhorar a vida da sociedade, porque não está certo que Albufeira não tenha um único estabelecimento de ensino superior, como acontece em Loulé, ou em Silves, ou Lagos. Em qualquer cidadezinha do interior há estabelecimentos de ensino superior. O nosso objectivo é para ser cumprido! Vou entregar este pedido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Não sei se quer que o leia aqui ou se o entregue só?" -----

Presidente da Assembleia - "É melhor ler." -----

António Nóbrega - "Não vou esgotar a vossa paciência. Todos nós somos cidadãos e como cidadão, não estou aqui como funcionário, nem como dirigente, estou aqui como cidadão. Para isso tem a ver a questão de eu escrever livros, apesar de ser o décimo livro de legislação urbanística anotado e comentado, que é referência em trabalho e em diversas situações, pouco valor tem. Porque, eu como fiz um concurso para dirigente em que o outro candidato a única coisa que escreveu na vida foi o anúncio para vender o seu iate, e acabou por ter uma avaliação muito superior à minha. Mas isso está a ser discutido em instâncias próprias. Portanto, não serve de nada o funcionário público dedicar-se ao trabalho que tem, à vida profissional que tem, distribuir as suas horas vagas, aprofundar, tentar ver as matérias, isso não conta nada, só conta as pessoas terem barcos e iates para vender e publicarem. Isso é que tem valor e foi assim que eu fui considerado e foi assim que fui classificado, mas isso é para ser discutido em instâncias próprias. O pedido que eu dirijo ao Sr. Presidente da Assembleia é o seguinte: (doc.1)." -----



CONSERVATÓRIO DE ALBUFEIRA



Exmo. Sr.
Dr. Carlos Silva e Sousa
Dignº Presidente da
Assembleia Municipal de
ALBUFEIRA

S/Ref.º

N/Ref.º
Ass.

N/Ofício
148

Data
21/6/2012

ASSUNTO: Projecto da Escola Superior de Ensino Artístico e Academia de Artes Criativas de Albufeira.

A Associação do Conservatório de Albufeira, com sede nesta cidade, é uma associação sem fins lucrativos que fundou e administra o Conservatório de Albufeira, o qual cumpre a missão de manter em funcionamento o equipamento educativo de ensino artístico de qualidade e que tem demonstrado excelentes resultados.

O **Conservatório de Albufeira** envolve mais de trezentas crianças e jovens desta região, participando directa e activamente no processo educativo municipal, envolvendo o ensino artístico, ocupando jovens em actividades educativas e culturais, dinamizando talentos e vocações, - a Filipa Sousa, a Raquel Peters, a Mariline e o campeão mundial de acordeão João Frade, são alguns exemplos da nossa actividade.

Ao contrário de muitas outras instituições particulares que beneficiam de dinheiros públicos, por possuímos paralelismo pedagógico, somos permanentemente fiscalizados pela Inspeção Geral da Educação e também o fomos pelo Tribunal de Contas.

Os recursos humanos que utilizamos resultam de parcerias com o Instituto de Emprego – são desempregados a quem proporcionamos trabalho.

O "ficheiro" público existente na C.M., relativo aos subsídios facultados nos últimos anos pelo município a todas as entidades, mostra clara e friamente a forma – e conteúdo do apoio que a autarquia tem facultado a uma instituição educativa que mantém centenas de jovens em actividades culturais e educativas.

Há anos que temos enveredado esforços no sentido de implementar neste município um empreendimento educativo ao nível do ensino superior - e cultural com a dignidade e dimensão que esta região merece.

Continuamos convictos de que, o investimento em projectos com limitações e de dimensões restritas representa um desperdício de tempo e de recursos.

Mantemos condições pedagógicas e estruturais para instalar um empreendimento ao nível do ensino superior, que (estranhamente) Albufeira não possui, dedicado ao ensino artístico, cultural, desportivo, abrangendo as novas actividades criativas como já o fizemos como se prova com o documento anexo. (nº 3)

Após a visita – com o Sr. Presidente da C.M. - a dois terrenos que a CM dispõe para construção da sede do Conservatório e da Escola Superior de Ensino Artístico e Artes Criativas, verificamos que existe um prédio estrategicamente localizado, que reúne



CONSERVATÓRIO DE ALBUFEIRA



excepcionais condições para concretização do nosso projecto, por se localizar no centro da zona residencial da população da cidade, que abrange o campo de futebol para treino anteriormente entregue ao Imortal, assinalado nas plantas anexas. (n.ºs 1 e 2).

Temos conhecimento que a Câmara Municipal já manifestou a intenção de utilizar esta propriedade para esta finalidade.

Assim, pela presente, tendo consciência de que embora seja da competência da Câmara Municipal, desenvolver objectivamente o processo de utilização e ocupação do terreno em causa, pela presente solicito, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e aos demais membros deste órgão do Município, que desenvolvam esforços e prestem o apoio necessário no sentido de proporcionar ao Conservatório de Albufeira a possibilidade de iniciar o difícil processo de instalação deste equipamento precioso para a sociedade desta região.

A cidade necessita urgentemente de um equipamento desta natureza e envergadura para fazer face aos desafios que a nova sociedade, a globalização e a modernidade nos apresentam. Esta é a altura própria para iniciar e implementar dinâmica a todo o complicado processo que iremos enfrentar.

A Assembleia Municipal é um órgão de grande prestígio e dignidade, que mantém também a responsabilidade de intervir de forma activa e dinamizadora na implementação de empreendimentos e iniciativas que representem mais valias para a sociedade.

Se possível, solicito que seja designada uma comissão constituída por elementos desta Assembleia Municipal para análise prévia de toda a conjuntura que envolve este empreendimento.

Temos cumprido com grande sacrifício a nossa missão de proporcionar ao município uma organização cultural e educativa considerada pela Ministério da Educação como um exemplo para o país.

Esperamos assim merecer a atenção e o apoio dos órgãos do município.

Pede deferimento,

Albufeira, 20 de Junho de 2012

António Manuel Góis Nóbrega

**ASSOCIAÇÃO DO CONSERVATÓRIO
DE ALBUFEIRA**

Cont. N.º 503 728 659

Apartado 2201 – 8200 ALBUFEIRA
TEL (089) 58 87 81



CEUL - cooperativa de ensino universidade lusíada, e r l

Porto, 24 de Março de 1994

Exmo Senhor
Presidente da Cooperativa de Consumo
e Associação dos Trabalhadores da
Câmara Municipal de Albufeira C.R.L.
8200 Albufeira

Comunico a recepção da sua comunicação, Ref. 12 / 94 e, em resposta, apraz-me informar que poderíamos considerar a criação do Instituto Politécnico Lusíada de Albufeira, destinado ao ensino de cursos superiores das áreas do turismo, agricultura, pecuária, empresarial e outras adequadas à região. Para tanto, tomar-se-ia indispensável uma troca de impressões, para o que estarei ao dispor de V. Excia.

Sem mais, apresento os meus cumprimentos

O Presidente da Direcção

(Prof. Doutor António Martins da Cruz)





No âmbito da exposição supra foram feitos os seguintes esclarecimentos por parte do senhor António Nóbrega:-----

"Nunca o conservatório recebeu umas "palmadas nas costas", um obrigado, uma referência."-----

"Meus senhores, tentem consultar a ficha desde 2009 até agora. O conservatório desde 2009 que não recebe um tostão."-----

"Reparem numa coisa: apesar de haver milhares de desempregados, o conservatório precisa de professores e não tem, devidamente habilitados. Nós temos necessidade de pessoas para dar aulas de formação musical. Portanto, o conservatório merece, de facto, que seja apoiado. Não queremos fazer uma pequena sede, uma pequena escola, não vale a pena perder tempo com isso. Queremos fazer uma universidade digna, que Albufeira merece, Albufeira tem mais de trezentos mil habitantes no Verão. Tem uma população que trabalha para esses trezentos mil habitantes, merece ter uma coisa digna, merece ter uma escola de ensino superior, já chega de andarmos a marcar passo. A sociedade não se compadece com essas atitudes medíocres e com esse tipo de actividade política medíocre. Temos que avançar! E agora nesta altura é que temos que começar!" -----

"Nas actividades criativas é que está o desenvolvimento. Aquela história das actividades e das profissões antigas, meus amigos, acabou, passou à história. Vai fazer



falta para complementar as novas actividades. Na Holanda há seis milhões de empregos, indústrias criativas, artes, ensino, informática, marketing. E nós temos possibilidades de fazer isso! Entretanto estamos a olhar não se sabe bem para onde. Para os especialistas que falam tudo e sabem tudo, não é para quem está aqui na prática, no terreno." -----

"A coisa que mais me custou foi ver a desistência de alunos por falta de recursos económicos. Nós fizemos tudo, localizámo-los, fomos ter com eles, mandámo-los vir para a escola sem cobrar nada, porque não aceitamos que alunos deixem de ir ao conservatório por não ter recursos." -----

"É agora que temos de começar com a ideia, é agora que temos de começar com o projecto. Não é quando se abrirem as possibilidades. É agora que temos de ter essa iniciativa!" -----

"A Assembleia Municipal é um órgão de grande prestígio e dignidade, e que mantém também responsabilidade de intervir de forma activa. Vocês, peço desculpa, não é para virem aqui discutir aquilo que já foi feito e que já foi preparado. Têm dignidade, têm condições, têm responsabilidade de ajudar, de apoiar, quem quer concretizar projectos, quem tem ideias que são úteis para a sociedade. Meus amigos, o outro tempo acabou, agora cada um de nós tem de ter espírito de cidadania, se não vamos cair cada vez mais. Tenham consciência disso! Nós temos de ir atrás de quem quer trabalhar. Juntarmo-nos aos empresários, se não, não sabemos onde é que vamos parar. Isto já está mau, mas ainda vai estar pior."-----

"Este pedido, já sei, não vai ser aceite! É um empreendimento que não é para mim, nem para vocês, é para aqueles que cá vêm. São esses que vão ficar com o futuro hipotecado. Se nós não começamos já a trabalhar, por muita conversa, por muita política que se faça, vamos cair no mesmo sítio. Por isso, não há volta a dar. Temos, cada um, assumir essa responsabilidade. Nós temos cumprido, com grande sacrifício, a nossa missão. Vocês não fazem ideia do que nós passamos para ter aquele conservatório. Dava um livro. Um livro que eu já comecei a escrever. São histórias dentro da história de Albufeira. Eu quando comecei a trabalhar em 1978, há trinta e dois anos, entrava-se em Albufeira pelo "Forno da Telha", Albufeira cresceu, os papéis passaram pelas minhas mãos e assisti a muita coisa. Vou já terminar porque estou no fim. Não convém pois não?!" -----

Presidente da Assembleia - "Sr. Nóbrega, desculpe, os apartes agradeço que não os faça porque o senhor até já está a exceder o tempo que, por regulamento, lhe é concedido. Acho que deve expor, mas não vale a pena perder-se. Tenho muito gosto em ouvi-lo noutra ocasião, agora agradeço que se centre no pedido. " -----

António Nóbrega - "Claro, tem toda a razão. Portanto, são as histórias dentro da história, tem a ver com o conservatório. Sabem porque não foi para a frente? Por



questões políticas, que agora não interessam. Temos uma orquestra! Não é preciso dar duzentos mil euros por ano à Orquestra do Algarve para vir cá duas vezes por ano. A nossa orquestra precisa, também, de apoios. Vou repetir uma coisa: os nossos corpos sociais, não recebem um tostão de vencimento. É para vocês terem conhecimento. A terceira coisa que vos quero dizer é a seguinte: no dia 26, na próxima terça-feira, é o espectáculo de encerramento do ano lectivo do Conservatório de Albufeira. Eu não trouxe convites para todos, mas tinha muito gosto, de todo o coração, eu e os membros dos corpos sociais, que vocês assistissem, para verem o que é o Conservatório. O Presidente da Câmara tem assistido aos ensaios desde o início do Conservatório, com uma paciência enorme ver os meninos a tocarem. Agora é uma coisa diferente, com pessoas dignas, com alunos, e nós precisamos que vocês nos apoiem. Vou entregar isto à Assembleia Municipal e espero que cada um dos membros assuma a sua responsabilidade como eu assumo a minha, porque a Assembleia não é só cá virem aprovar aquilo que já está feito, é para trabalhar. Peço o que for possível. Nomear uma comissão, que eu estou disposto a colaborar. Peço desculpa por ter excedido o tempo. Mas o meu objectivo, não é nada para mim, é uma coisa para a cidade." -----

Presidente da Assembleia - "Quer dizer alguma coisa Sr. Presidente?" -----

Presidente da Câmara - "Só quero dizer que, ouvindo o Sr. Nóbrega, parece que a câmara nunca apoiou o Conservatório, nem nunca ligou àquela instituição. O Sr. Nóbrega fez aqui observações, fez sugestões, fez intervenção política, fez acusações, fez tudo aqui esta noite. É só para dizer duas coisas, que me parecem importantes, é que não há nenhum autarca de Albufeira que tenha acompanhado o Conservatório, como eu acompanhei, desde a primeira hora. Eu próprio fui com o Sr. Nóbrega a dois terrenos, um perto da Marina e outro aqui, como ele falou, e sempre pedi ao Conservatório que avançasse com um projecto, com uma ideia concreta, para fazer uma candidatura para a Câmara apoiar. E passado este tempo todo, eu nunca vi na minha mesa um projecto de candidatura para que a Câmara apoiasse."-----

António Nóbrega (interrompe) - "Amanhã entrego-te dois." -----

Presidente da Assembleia - "Sr. Nóbrega, desculpe. O senhor neste momento não tem a palavra, nós ouvimo-lo e ninguém o comentou, portanto o senhor fará o favor de respeitar os outros que intervêm. Isto não é bem um café." -----

Presidente da Câmara - "Eu só estou a dizer que as questões do Conservatório têm sido apoiadas. Como sabe, não tenho o pelouro da cultura, mas nunca deixei de apoiar o Conservatório, como outras instituições. E não é por escrever mais ou menos livros que temos a razão toda. Nós temos aqui instituições de referência, o Conservatório é uma instituição de referência. Nós estamos a procurar, no projecto de requalificação urbana, no edifício que é da Santa Casa da Misericórdia, encontrar uma forma de ampliação daquele Conservatório no âmbito do projecto do Plano de Pormenor da



Frente Mar. Portanto, sobre essa matéria, eu não gosto que digam coisas que não são verdade. Há aqui questões importantes. E a questão da requalificação urbana não é nenhuma novidade, nós próprios temos o Gabinete de Requalificação Urbana, estamos preocupados e temos gente a trabalhar no terreno, com várias áreas identificadas, há projectos muito concretos. Isso é por em causa os nossos funcionários, os nossos técnicos e todos aqueles que se envolvem nestas causas. E portanto, a sala está cheia, está cheia de cidadãos que estão aqui noutra condição, mas que vão daqui com uma ideia errada daquilo que aqui foi dito. O município de Albufeira tem preocupações de reestruturação urbana, de requalificação urbana, tem preocupações em termos culturais, tem preocupações em ser uma instituição de referência para tudo aquilo que é as instituições do concelho, temo-lo feito assim, desde há dois, três anos as questões estão muito mais complicadas e, portanto, não há margem nenhuma para agora, em 2012, avançarmos seja com que escola for, com que universidade for. Temos de ser realistas! Nós não estamos no país de há quatro, cinco ou seis anos atrás. Esses projectos, que eram possíveis ser candidatados na altura, eu nunca os vi em cima da mesa, confesso. Eu fui sempre apologista e os terrenos que identifiquei foram, aquele que o Sr. Nóbrega disse e foi aquele que é uma cedência de alvará da "Casa Vela", tem quase um hectare de terreno, onde eu disse que era um espaço óptimo porque tem um alvará na área da educação. E a questão da política medíocre e tudo isso, é daqueles que pensam assim, e há formas de resolver isso. Quando houver eleições, esses senhores que sabem tanto, candidatam-se e têm uma intervenção cívica de outra forma. Não é fazer observações, acusações, sugestões, intervenções políticas, pondo em causa aquilo que é uma intervenção da Câmara, séria, honesta, não só dos dirigentes políticos, mas também daquilo que são os técnicos e dirigentes desta casa." -----

Presidente da Assembleia - "Quero fazer aqui um comentário breve. Não costumo comentar nada, mas como é sobre as questões da Assembleia Municipal vou comentar. Nós não precisamos de receber lições de ninguém. Estamos aqui todos, os membros do PSD, o PS, o BE, estamos aqui, somos cidadãos de Albufeira, trabalhamos, e fazemos bastante trabalho, e não precisamos que nos venham ensinar, pelo menos em termos de dizer que, temos de trabalhar. Isso aí, ensinar, estamos sempre prontos a aprender, mas isso não pode ser ilustrativo deste órgão. Este órgão é um órgão deliberativo e, contrariamente ao que o Sr. Nóbrega disse, a Assembleia tem um papel importante, inclusive nesta questão de cedência de património público. Estamos a falar de cedência de um eventual terreno para o Conservatório, não é à Câmara que cabe a decisão. A Câmara tem, quanto muito, a faculdade de vir propor isso à Assembleia. Não mais do que isso! Agora que, evidentemente a competência técnica do projecto, naturalmente, que é da Câmara porque a Assembleia não tem quaisquer meios técnicos. Apenas temos a Sónia como nossa secretária. E os nossos meios técnicos por aí ficaram. Mas isso não



retira que seja o órgão deliberativo do município. E quanto a ser activa ou passiva, nós temos iniciativa própria, nas matérias legais que têm iniciativa própria, nós tomamo-las. Há matérias de exclusiva competência da Câmara, portanto, sobre essa matéria nós não podemos tomar iniciativas, naturalmente. Não fomos nós que inventámos a lei e temos de trabalhar no enquadramento legal. Cada órgão tem a sua competência no aspecto institucional, e assim que nós fazemos e tentamos, penso que cada um de nós que está aqui nesta Assembleia, dá o seu melhor. Agora fora de horas e até perdendo um jogo de futebol que, penso, muitos gostariam de ter visto até ao fim. Recebi uma reclamação justa por ter marcado a Assembleia para esta hora. Nós fazemos aqui o melhor que podemos, disso não tenho qualquer dúvida, seja de que partido for e de que quadrante for. E não é só de agora, tem sido assim o apanágio da Assembleia Municipal. Posto isto e pela última vez, pergunto ao público, se quer usar da palavra?" -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Presidente da Assembleia - "Dentro da correspondência, salientaria duas. Uma tem a ver com a questão do Tribunal de Contas. E dar-vos conhecimento que, por pedido do Sr. Juiz do Tribunal de Contas, enviei a identificação de todos os Membros da Assembleia Municipal. Achei um bocado estranho, porque é público. Estar a fazer pedidos deste tipo de informação, quando o conhecimento é público. Basta ir ao site ou um pedido informal. Pediu, eu enviei, naturalmente. É ele que manda! E dar-vos aqui um entendimento que também tem vindo a ser um entendimento perfilhado pelo Ministério Público no sentido da responsabilização. Quem quiser, poderá ser-lhes fornecida uma cópia. Em relação a outra questão que a Doutora também leu: foi um ofício dirigido à Câmara, que tem a ver com a Lei dos Compromissos e a operacionalidade da própria Assembleia Municipal. Como sabem as deliberações têm de ser publicadas nos jornais locais e, actualmente, face à Lei dos Compromissos, a questão está um bocado complicada. Portanto, eu pedi uma clarificação em relação a isso, e neste momento estamos a aguardar, em relação a este assunto e a outro que vocês já receberam, que nos seja dado uma clarificação sobre esta matéria pela DGAL. Se quiserem, poderão consultar estes ofícios." -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta proposta (doc.2). -----



I

Por ofício de 18 de Junho de 2012, cujo teor foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia, veio a Câmara Municipal de Albufeira **retirar o seu pedido de autorização** à assembleia municipal, para abertura de **concurso público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares.**

A razão deste pedido, prende – se com o facto de existir uma dúvida, e ter sido pedido um esclarecimento à Direcção -Geral das Autarquias Locais (DGAL), que não se pronunciou de imediato, ficando de enviar a Câmara a aguardar o seu parecer sobre a matéria.

A questão colocada pretende esclarecer se, no pedido de autorização à assembleia, para abertura do procedimento público, já deve ou não, constar um número de compromisso válido, tendo em atenção a Lei dos Compromissos.

O meu entendimento é que não.

Contudo, eu não sou dono da verdade e, se posso assumir individualmente as minhas convicções, em caso de dúvida sobre a legalidade de qualquer acto desta assembleia, mesmo contrária à minha opinião, entre outras, por razões de lealdade devo informar – vos imediatamente.

Sucedeu, porém, que entretanto, ouvi entendimento contrário ao meu, o qual também tem toda a dignidade interpretativa, não obstante a minha discordância com o mesmo.

Por isso e por via de prudência, tendo tomado conhecimento da possibilidade, ainda que remota de o pedido de autorização feito a esta assembleia estar eventualmente não conforme à lei, pedi esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara que, de



imediatamente, conseguiu uma reunião com a DGAL para que o assunto pudesse ser esclarecido, o que não aconteceu, ainda.

Por isso, entendeu a Câmara e bem que, por cautela e em defesa da posição dos membros desta assembleia municipal, o pedido fosse retirado até que o assunto seja esclarecido pela DGAL.

II

Vejamos a questão:

A lei 8/2012 de 21 de Fevereiro dispõe no art. 3º a) que

«os **compromissos consideram – se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade**, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda, ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo, protocolo»

Por outro lado, diz – nos a lei que não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis (art, 5º nº 1).

Por seu turno, o art. 6º dispõe que a assunção de compromissos plurianuais está sujeito a autorização prévia da assembleia municipal.

A autorização prévia não consubstancia, v.g., no caso presente, a assunção de qualquer compromisso e apenas concede, ao órgão executivo, a faculdade de poder vir a fazer o concurso e na sequência do mesmo, se fôr caso disso, fazer a adjudicação e assinar o respectivo contrato, havendo no momento da adjudicação e do contrato a assunção de um compromisso.



A autorização prévia da assembleia não constitui sequer o órgão executivo, a câmara, na obrigação de lançar o concurso, e se esta o fizer, na obrigação de fazer a adjudicação ou o contrato.

A autorização prévia da assembleia não liberta a câmara da obrigação de, no momento da adjudicação, ou do contrato, verificando a existência de fundos disponíveis, emitir o número de compromisso válido e sequencial.

Isto em sede geral.

No caso presente, não existe nenhum prazo temporal fixado à Câmara para que esta se comprometa a gastar a despesa autorizada, sendo cada parcela da despesa condicionada a uma encomenda prévia feita pela Câmara, o que também poderia enquadrar que, a Câmara, em tese, só teria de emitir um número de compromisso válido por cada encomenda, quando a fizesse, o que só poderia fazer em cada momento que tivesse fundos disponíveis. Isto numa tese instintiva, por não se lograr saber, face à ausência de prazo contratual, quando é que seriam feitas as encomendas pela câmara.

Este entendimento possível, pode pecar, contudo, por excessivo.

De qualquer forma, a questão da numeração de compromisso válido e sequencial será sempre colocada em momento posterior ao acto da assembleia municipal.

A lei em nada condiciona a figura da autorização prévia.

Mas isto não significa que não condicione ou dispense o órgão executivo do cumprimento das formalidades quanto à assunção de compromissos e no caso dos compromissos plurianuais, estes terão de ser, obrigatoriamente, inscritos no suporte informático central das entidades responsáveis pelo controlo orçamental, conforme dispõe o nº 2 do art. 6º, aliás, em sintonia com o art. 5º destinado a ser cumprido pelos executivos. Terão de ser inscritos no momento da sua verificação, o que só poderá



acontecer se reunidas as condições legais, mas tudo isto se passa independentemente, da autorização prévia da assembleia e posteriormente a esta ter sido concedida.

A figura da autorização prévia, no meu modesto entender, não se confunde com a figura da autorização para assunção de um compromisso. Aquela é tomada pelo órgão assembleia municipal e esta é depois tomada pelo órgão câmara.

Por isso mesmo a lei chamou prévia àquela autorização.

A autorização para assunção de um compromisso, esta sim, está condicionada pelas condições legais da lei dos compromissos.

Este é o meu modesto entender e considero, portanto, que qualquer deliberação que se tomasse sobre esta matéria seria sempre legal, uma vez que, os actos subsequentes da câmara, que dispõe dos serviços de contabilidade, é que estarão sujeitos às condições legais, sob pena de eventual ilegalidade.

Ao autorizar a Câmara a fazer abertura de um concurso a Assembleia Municipal não está a assumir nenhum compromisso com terceiros. Da mesma forma, esta autorização não coloca a Câmara a assumir algum compromisso com terceiros. Apenas lhe dá a possibilidade de lançar ou não, um concurso público e, só a partir da sua publicitação é que começa a conceder a terceiros, eventuais expectativas de que no futuro a câmara possa vir a assumir com eles algum compromisso.

Mas esta será sempre uma questão futura e não presente.

Mesmo que, por hipótese, fossem autorizados estes procedimentos, no momento da adjudicação e do contrato, seria sempre colocada a situação da existência ou não de fundos disponíveis, sendo provável a sua inexistência dada a sua



afecção ao passivo, o que determinaria sempre, em tese, a inutilidade do procedimento do concurso público.

III

Em **26-4-2012** esta assembleia deliberou favoravelmente a proposta de autorização de **concurso público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB 1, 2, 3 da Guia e JI da Guia;**

Em **17-5-2012** esta assembleia deliberou favoravelmente a proposta de autorização de **concurso público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos para as cantinas escolares de Albufeira, Guia, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, brejos, Ferreiras e J.I. de Albufeira.**

Qualquer destas duas situações é idêntica ao concurso supra referido.

As duas deliberações são recentes, actuais e sendo idênticas, não obstante tomadas no uso de poderes discricionários, a verdade é que, face à proximidade temporal e à similitude das situações, se deve dar às três situações tratamento igual.

O princípio da igualdade deve estar presente em situações idênticas e deve constituir um limite à margem da livre decisão administrativa. Assim o diz a boa doutrina e a nossa jurisprudência.

Este princípio da igualdade tem um **fim objectivo** que é o de evitar o arbítrio e o **fim subjectivo** de evitar discriminações injustificadas.

Não tendo havido entre aquelas duas deliberações e a proposta hoje retirada, qualquer alteração de circunstâncias, estando todas sujeitas à disciplina da Lei dos Compromissos, parece – me evidente a **obrigação de dar tratamento igual a todas.**



Se a primeira das situações hoje aqui referidas, a do concurso público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares, foi resolvida com a retirada da proposta, pela câmara Municipal, ficando, objectivamente sem efeito, como é que é possível dar o mesmo resultado às duas deliberações anteriores, ou seja, de também ficarem sem efeito?

Visto que nos dois casos passados já houve deliberação só a assembleia é que pode revogar ou suspender a sua eficácia nos termos do nº 1 do Art. 142º ou do nº 2 do Art. 150º respectivamente, ambos do Código de Procedimento Administrativo.

Não se vislumbra qualquer utilidade, no caso presente, de ir para o mecanismo da suspensão da eficácia, podendo esta ser geradora de maiores confusões, uma vez que, quer num caso quer noutro, a retomada de eficácia dependerá sempre de nova deliberação. A revogação tem a vantagem de permitir que, caso se entenda voltar a tomar uma deliberação sobre estas matérias, possa a mesma ser igual ou diferente e melhor adequada à realidade.

IV

Não posso deixar de expressar a minha amargura por toda esta situação, que envolve **interesse público indiscutível**, o assegurar aos nossos jovens refeições condignas nas escolas e que razões de ordem legal “cegas e injustas”, possam vir a sobrepor-se a este interesse.

Não estamos perante nenhum caso de novo investimento ou de gasto supérfluo. Estamos perante o nosso bem mais precioso, o bem estar dos nossos jovens e isto não pode ser posto em causa.

Por isso, espero bem que a posição que hoje nos vemos forçados a tomar, tenha natureza temporária e que rapidamente fique resolvida e não comprometa o próximo ano lectivo.

6
/



A legislação em causa que pretende criar disciplina quanto ao gasto público tem razões que são perfeitamente entendíveis e certas quanto aos princípios que encerram, mas há que disciplinar regras de excepção adequadas, de modo que os municípios, com todas as restrições, possam cumprir a sua função, sem esquecer que a educação é uma obrigação do Estado e **o mesmo Estado não nos pode cometer obrigações na área educativa por um lado e por outro lado criar leis que nos impeçam de as cumprir.**

Face ao exposto proponho que a assembleia, admitida esta proposta a votação, delibere:

1º

Revogar a suas seguintes deliberações:

- a) **Deliberação de 26-4-2012**, segundo a qual, esta assembleia deliberou favoravelmente a proposta de autorização de **curso público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB 1, 2, 3 da Guia e JI da Guia;**
- b) **Deliberação de 17-5-2012**, segundo a qual, esta assembleia deliberou favoravelmente a proposta de autorização de **curso público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos para as cantinas escolares de Albufeira, Guia, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Ferreiras e J.I. de Albufeira.**

2º

Comunicar a deliberação supra:

A Sua Excelência, o Senhor Presidente da República;

7



A Sua Excelência, a Senhora Presidente da Assembleia da República;

A Sua Excelência, o Senhor Primeiro Ministro;

A Sua Excelência, o Senhor Ministro das Finanças;

A Sua Excelência, o Senhor Ministro da Educação.

Assembleia Municipal de Albufeira, 21 de Junho de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal


Carlos Eduardo da Silva e Sousa

Presidente da Assembleia - "Este documento antes de poder ser deliberado, naturalmente, terá que ser admitido e por dois terços dos membros em efectividade de funções. Portanto, eu iria colocar à votação a admissão desta proposta." -----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO PROPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Luís Fernandes, Sara Carvela, Carlos



Lima, Luís Reis. -----
Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Maria do Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lage e Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é admitida -----

O Presidente da Assembleia coloca a proposta à discussão. Ninguém usa da palavra. ---

O Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Luís Fernandes, Sara Carvela, Carlos Lima, Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Maria do Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lage e Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Vítor Clemente - " Muito rápido Sr. Presidente. Foi remetida e foi lida também, no dia 12 de Junho de 2012, uma solicitação ao Sr. Presidente da Assembleia de algum tipo de matérias que eu necessitava para analisar e ponderar. Primeiro ponto: que seja informado dos valores ora recebidos pelo Município durante o ano de 2012 (mensalmente) e por "categorias" domésticos, industriais. Estou a falar das tarifas de conservação, de água residuais, dos resíduos sólidos e da tarifa da disponibilidade. Não fui informado, por isso sei que não houve disponibilidade." -----

Presidente da Assembleia - "Não. Nós fizemos já o pedido de informação, essa informação ainda não nos chegou e só por esse motivo é que ainda não recebeu. Estamos a aguardar uma resposta." -----



Presidente da Câmara - "Recebi e pedi ao Vereador e aos serviços que preparassem o conjunto de informação de acordo com o pedido que o senhor deputado municipal pediu. Penso que, em tempo breve, chegará essa informação à Assembleia Municipal." -----

Presidente da Assembleia - "E logo que chegar, será entregue. Aliás, é sempre feito dessa forma." -----

Luís Reis - "Eu tenho aqui dois, três pontos que gostava de apresentar. Um deles, eu penso que, todos nós somos confrontados, normalmente, com esta pergunta que os Albufeirenses nos põem e que, dificilmente, se consegue responder. Pelo menos eu, não consigo responder. E a pergunta é, como chegou esta Câmara a um ponto de situação financeiro, de tal ordem, que tende em penalizar as populações em tudo o que é possível. Não entendemos! Podemos dizer que é a crise, que se gastou mais do que se devia. O que é certo é que, é uma das Câmaras que mais proveitos deveria ter a nível turístico. Gostaria de ter uma resposta para poder dar às pessoas, quando me interpelam, ou criticam a própria Câmara e o poder político local sobre este tipo de situação. Segundo ponto: gostaria que me dessem alguma informação sobre a utilização que o Parque de Campismo está a fazer na principal estrada de acesso a Albufeira, com aquele batalhão de placas solares que lá está a ser colocado. Se acham que, no futuro regulamento da ocupação, já não digo da via pública, mas da via privada, que no fundo, limita a via pública, se não há qualquer tipo de regulamentação que imponha uma aprovação camarária antes de uma utilização daquele género. Até porque o Parque de Campismo já reivindicou, de há muitos anos para cá, qualquer regulamento que a Câmara tem instalado um aldeamento da parte de trás do Parque de Campismo, com mais de uma centena de pré-fabricados ou de roulotes sem valas, cujo proprietário indiciado, que eu fui da urbanização dos Calços, na altura apresentámos uma queixa à Câmara e recebemos uma informação da Câmara que iam vistoriar a situação e até agora a Câmara continua a disporilhar a situação, de tal ponto que o aldeamento continua a crescer. Ainda bem que está vistoriado! Perguntava se estas duas situações, do aldeamento que foi lá crescer, ao Parque de Campismo, e se as placas solares, estão de acordo com a arquitectura local, com o ambiente, com a nossa principal entrada de Albufeira? Acho escandaloso, para qualquer uma das instituições, penso que cada um de vocês, idem aspas, também acha, apesar de não se pronunciarem. Perguntava também se aquela loja que está no Turial, se vai algum dia ter um destino? Já lá está desde a construção do parque de estacionamento e continuo a olhar para ela vazia. Poderíamos, talvez, criar ali, já que toda a gente deu várias ideias para que se apresentasse ali uma situação qualquer que ajudasse os turistas, ou que ajudasse alguém, em caso de ferimento, etc. Tem uma utilidade bastante importante que poderá ser utilizada, contudo, continua na mesma. E já agora, pegando no ponto do Sr. Nóbrega, gostaria de ver a boa vontade da parte desta Assembleia na criação de uma



comissão que pudesse estudar, não talvez só as alternativas que o Sr. Nóbrega apresentou e que o Sr. Presidente da Câmara apresentou mas, eventualmente, outras que pudessem ser passíveis de serem criadas e darem o desenvolvimento a este projecto que, penso, todos nós temos acarinhado. Alguns põem os filhos na música, outros na ginástica, mas a música faz parte, realmente, da parte criativa da adolescência. São estes, os três pontos, que gostaria de ver respondidos." -----

O Presidente da Assembleia sai da sala e a Primeiro Secretário toma o seu lugar. -----

A Primeiro Secretário passa a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

Presidente da Câmara - "Sobre a questão da dívida, o Sr. Luís, nestas últimas Assembleias, tem colocado a mesma questão e eu tenho respondido da mesma maneira. Vou repetir isto tudo, se o senhor achar que eu posso, porque acho que é importante dizer isto. Vocês podem ter outra opinião, mas eu tenho de exprimi-la. E o Luís pergunta sempre a mesma coisa, é porque ainda não percebeu. Portanto, tenho de responder, outra vez, ao senhor Luís. Albufeira é um município que tem nos Censos quarenta mil habitantes. É um município que tem uma média mensal de pessoas, cerca de cento e quarenta mil pessoas por mês em Albufeira. É um município que tem, em termos daquilo que foram as transferências do Estado, uma verba ridícula para aquilo que são os serviços que Albufeira presta no contexto do turismo, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais. Nos últimos anos, nos municípios do Algarve, no de Albufeira em particular, a receita reduziu drasticamente por duas razões. Primeiro porque o Estado fez cortes nos municípios que tinham receita, nomeadamente os municípios mais fortes do litoral do Algarve, Albufeira, Portimão, Loulé. Estes, supostamente, tinham receita daquilo que era o turismo de imobiliária, dos IMTs e, portanto, começou a reduzir essas verbas do Orçamento Geral do Estado. Nós, no final de dois mil e nove, estávamos a pagar a cinco, seis, oito, quinze dias. Em dois mil e dez a receita total foi menos cerca de trinta e dois milhões de euros em relação ao ano de dois mil e nove. Em dois mil e onze foi mais ou menos o mesmo valor. Agora, à mesma altura do ano passado, já temos uma quebra de quase dois milhões de euros em relação ao ano de dois mil e onze. Portanto, a receita caiu drasticamente, mas há despesas que se mantêm, nomeadamente aquelas que nós temos de ter na cidade de Albufeira para que as ruas sejam limpas, para que as papeleiras sejam limpas, não sei quantas vezes por dia, para que haja aqui uma intervenção forte naquilo que é dar resposta a cinco milhões novecentas mil dormidas que tivemos no ano passado. Estas são as realidades de Albufeira. A receita caiu drasticamente naquilo que eram os IMTs, os alvarás de loteamento, as licenças, e tudo isso fez com que o município tivesse receitas muito mais fracas. Quero fazer também lembrar que quase metade desta dívida, é dívida a



médio e longo prazo que foi praticamente aprovada por unanimidade dos partidos políticos que colaboraram ao longo destes anos com esta Câmara Municipal. Foram as dívidas dos equipamentos, das acessibilidades e dos fundos das obras, que foram aprovadas pelos partidos todos que aqui passaram ao longo destes anos. A Câmara ainda está a pagar dívida desses anos atrás. Empréstimos a dez, quinze anos, que vêm de muito antes de eu vir para aqui. São situações que é preciso perceber qual é a realidade de Albufeira. Se olharmos para municípios bem ao lado, percebemos bem a diferença que existe da dívida deste município e a dívida de outros municípios. O que se passa é precisamente isto: a dívida é assumida, não é escondida! Há uma curiosidade que é importante dizer: nós não temos empresas municipais. Há municípios neste Algarve e neste país, a dívida que tinham, passaram para as empresas municipais e quando for a altura das empresas municipais terem de pôr tudo em cima da mesa, então aí é que se vai ver qual é o valor real dessa dívida, de certos municípios. E são municípios que são liderados até por elementos de referência do PS e do PSD. A questão que está aqui, é perceber até que ponto há solidariedade com os Presidentes de Câmara, sejam eles do PS ou do PSD. Porque os Presidentes de Câmara e os autarcas, de qualquer partido, nestes anos procuraram ter uma intervenção cívica, uma intervenção que defendesse os interesses das populações onde estiveram a intervir, e sempre no benefício das populações e das promoções da valorização dos seus territórios. E para isso foi preciso investir! Um município como Albufeira teve investimento que se fosse um município do interior não precisava de o fazer. Esta é a grande diferença! Não há aqui nenhum esquema montado! As dívidas são em função de intervenções que foram feitas, naquilo que foi na altura possível fazer com as receitas que havia. Sobre a questão do Parque de Campismo, a informação que tenho naquela questão do equipamento é que, foi montado à revelia. Penso que a Câmara, na altura própria, o meu Vice-Presidente tem esse processo em curso, interveio e a obra está parada. Se você, de repente, quiser fazer uma coisa qualquer, nós quando nos apercebermos temos de intervir e é o que temos feito. A questão do Turial, há um problema burocrático que tem a ver ainda com o processo Polis que foi a partilha. Há ali uma dúvida jurídica. Mas o que está previsto, é a Loja do Turista e é a questão do artesanato, do género daquilo que temos lá em cima na entrada de Albufeira, naquele posto de turismo que está a funcionar muito bem, com resultados muito importantes. São estas as três questões que o Luís referenciou. A questão do Conservatório, nem me vou pronunciar sobre ela." -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala e retoma o seu lugar. -----



Luís Reis - "Senhor Presidente já ouvi várias vezes a sua explicação quanto à situação financeira da Câmara Municipal de Albufeira. Entendo o seu ponto de vista, contudo iria referenciar uma afirmação que o Presidente da Figueira da Foz fez há pouco tempo, na comunicação social. Quando existiam fundos disponíveis para a construção de vários equipamentos, tudo o que era necessário na Figueira da Foz, foi feito porque a parte camarária como não tinha entrave para esse tipo de equipamentos ou construções, era maioritária em relação àquilo que recebiam e aproveitaram, e textualmente por palavras dele, para fazer tudo o que precisavam e o que não precisavam. E presentemente, encontra-se com problemas gravíssimos, porque os equipamentos foram montados, as estradas foram feitas e, presentemente, a "máquina" está montada. Ele queixava-se até que, não sabia como é que havia de controlar quatro piscinas que tinha e pagava quatrocentos mil euros de despesas anuais. E essa afirmação reportou-me um pouco à situação de Albufeira. Nós, claro que temos cá muitos habitantes, mas se o crescimento dos habitantes nos proporciona a nível de despesas das infra-estruturas que temos de fazer para elas e ficamos aqui distantes das nossas necessidades financeiras, não estou a ver qual é o ponto de estarmos a pegar e a continuar a investir em Albufeira, em situações que são perfeitamente dispensáveis. Não sei porque se continua a contemplar financeiramente determinadas situações, ou porque se contemplou na altura, se há uma disparidade entre a quantidade enorme de dormidas que temos cá e no fundo os proveitos de que daí advêm. Alguma confusão deve haver no meio disto tudo. Criámos, construímos, temos mais passagens por cá, estamos deficitários de uma tal maneira que não sabemos para que lado nos havemos de virar. Toda esta Assembleia que está aqui, tentamos trabalhar, etc., o que é certo é que temos um Pé de Aquiles que é uma coisa importante. É que não temos dinheiro para absolutamente nada e continuamos a movimentarmo-nos com projectos, tal como da última vez disse, com o descaramento, peço imensa desculpa, mas na realidade, para mim forte, mas de uma insensibilidade impressionante à apresentação de um projecto de um passeio marítimo com uma dimensão daquelas, como uma despesa independente de nos ter sido oferecido o projecto, quando à maior parte das pessoas são-lhes agora imputados valores sobretudo que a Câmara pode jogar mal para conseguir obter produto financeiro para tapar buracos de despesas que a gente andou aqui a fazer durante anos. Peço imensa desculpa, mas na realidade é aquilo que eu penso, eu penso que por muito contrabalanço que o Senhor Presidente me apresente, esta realidade aqui que eu apresento é uma realidade pública, é aquilo que o povo diz. Nós podemos estar aqui muito bem, estamos de acordo com aquilo que o Senhor Presidente disse, eu também estou de acordo, compreendo aquilo que disse, contudo não é um argumento na totalidade utilizado. Falta muitos pontos ainda dentro daquilo que disse. Peço imensa desculpa. E quanto ao



Parque de Campismo tenho a dizer Senhor Presidente que o proprietário da Quinta dos Calijos informou que o Parque de Campismo estava a desenvolver aquela actividade há cerca de seis anos. E de há seis anos para cá, se o Dr. Rolo tem o processo em desenvolvimento bem podemos esperar sentados porque, se de há seis anos para cá não há resolução nenhuma quanto à situação da instalação daquilo, não sei como é que a Câmara se desenvolve. E tenho dito."-----

Presidente da Câmara - "Um esclarecimento, eu quando falei que o Dr. Rolo tinha o processo, não falei dessa questão das roulettes, desse processo, falei da questão dos painéis. Nada de misturar as coisas que é para não haver aqui confusão nenhuma. Outra questão, o que eu quis dizer e digo, e já disse isso, é que as receitas do turismo, como vocês sabem, não vêm direccionadas para a autarquia. A autarquia tem, obviamente, uma função de intervir naquilo que é o grande ícone do concelho, em termos de promoção, em termos de valorização para que as pessoas venham dormir, para que as pessoas fiquem nos hotéis, vão para os restaurantes, que utilizem os serviços de Albufeira, e as vinte e uma Bandeiras Azuis, e as praias acessíveis, são investimentos que a autarquia tem feito ao longo dos anos, com custos muito grandes para a autarquia, e com quarenta elevatórias, e com um conjunto de pessoas que estão permanentemente nas elevatórias para que não haja riscos, para que não haja águas sujas para o mar, porque a imagem de Albufeira vive desses serviços. E posso ter seis mil ou sete mil, não há transferência do Estado em função disso, é isso que eu quero dizer. Mas em função disso, dos seis milhões de dormidas e em função do número de pessoas que nos últimos dez anos passaram a viver em Albufeira, foram mais de dez mil, a autarquia teve que investir em pavilhões desportivos e em escolas dos quais muitas delas não têm financiamento, para que os filhos dos trabalhadores, e das pessoas que aqui estão possam ter acesso a equipamentos de formação e os nossos pavilhões estão todos com horários de ocupação total, e as nossas piscinas e as nossas escolas. O concelho não tem equipamentos que estão fechados e estão às moscas, e qualquer um que está aqui sabe que é assim. A escola da Guia é uma escola que nos custou no total, desde o terreno, mais a escola, mais os acessos, sete/oito milhões de euros para a qual tivemos um apoio de quinhentos mil euros, a escola da Guia foi necessária, pergunte ao Presidente da Junta de Freguesia da Guia, agora é assim, se nós não fizéssemos aquela escola eram menos cinco milhões que estávamos a dever, é evidente, agora a escola foi necessária e está lá, os pavilhões foram necessários e estão a ser utilizados. O meu drama era se tivesse os equipamentos todos e não houvesse utilização nenhuma, isso é que era um drama. Há municípios neste país que têm equipamentos e não têm jovens, não têm crianças. Nós há dez anos tínhamos mil e quinhentos euros na formação, temos agora seis mil, tínhamos dezasseis modalidades, temos trinta e três modalidades. E perguntem lá se as escolas e os pavilhões e os



equipamentos desportivos não estão a ser utilizados, e portanto, na altura havia condições para que isso fosse feito, e nos últimos anos, nos últimos dois/três anos não tem havido investimento, porque realmente as receitas começaram a cair. E eu disse mais que uma vez, que aquela questão do passeio marítimo é um projecto que foi apresentado por um particular, e que a Câmara não tem lá um tostão empatado, nem comprometido Luis. Já disse isso na última Assembleia. Portanto não é nenhuma coisa fora do normal, se o privado quiser fazer, através de fundos comunitários, a Câmara obviamente que acha que é interessante que se faça, mas a Câmara não vai lá pôr, neste momento, investimento naquele processo. Que fique bem claro! Já disse isso na outra vez." -----

Sara Carvela - "Eu gostaria de perguntar se neste momento há os campos de férias para as crianças das nossas escolas. Qual é a resposta para as crianças com deficiências durante o verão, porque essas crianças parece que não são incluídas naquelas actividades um pouco entre aspas radicais propostas nos campos de férias?"--

Presidente da Câmara -"Eu não vou inventar. O que posso dizer é que quer a Vereadora Marlene através do Gabinete de Apoio à Juventude, quer o Vice-Presidente através dos campos de férias têm obviamente a responsabilidade de gerir e de ter em conta esses procedimentos e essas inscrições. Eu neste momento não posso dar uma resposta exacta, amanhã, eventualmente, posso ver essa situação com eles, eu não tenho condições de estar a dizer que é uma coisa e é outra, eu não tenho essa informação de tal maneira aqui em cima para que possa transmitir. Porque a Vereadora tem uma componente das férias dos jovens durante esta época, e depois há aquelas como disse, das férias de Verão. Portanto quer um, quer outro, têm essa informação. A Vereadora não está aqui porque o miúdo partiu o braço, e portanto esta semana não tem estado cá. O Vice-Presidente foi a Lisboa hoje em duas acções e não chegou a tempo de estar aqui na Assembleia. Mas com todo o gosto daremos essa informação."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO SEGUNDO



Apreciação e deliberação, sob despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares; -----

O Presidente da Assembleia retira o ponto, uma vez que foi apreciada, deliberada, e aprovada a proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia, antes da ordem do dia. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luis Reis: " Eu não conheço o formalismo do andamento de uma comissão, mas contudo existe uma conclusão da comissão que vai apresentada sobre este ponto. É só esse ponto, desconheço como isto funciona. -----

Rui Serôdio:" Tenho aqui uma proposta que a comissão, em reuniões efectuadas, fez algumas alterações, relativamente ao Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira, assinada pela comissão." (doc. 3)-----



Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira

1 – Artigo 4.º, al. ff)

“Promotor de estabelecimento: pessoa que desenvolve ação promocional de natureza comercial, relativa a um estabelecimento de restauração e bebidas, com vínculo laboral ao mesmo.”

2- Artigo 5º , nº 4

“A Publicidade já existente, desde que não se trate de anúncios luminosos, iluminados, electrónicos ou semelhantes e não sujeita a licenciamento com base no nº 1, desde que, já licenciada pelo anterior regulamento, fica isenta do pedido de licenciamento consagrado no Artigo 11º.”

2 – Artigo 17.º, n.º5

Nova redação:

“O pagamento das taxas referentes às renovações anuais é efetuado nos meses de Janeiro a abril, sob pena de caducidade da licença.”

3 – Artigo 20.º, n.º2

Nova redação:

“A revogação da licença não confere direito a qualquer indemnização, com exceção da situação prevista na alínea a) do n.º1 do presente artigo, uma vez que aqui ocorrerá a devolução do valor remanescente da taxa já liquidada.”



4 – Artigo 34.º, n.º13

Nova redação:

“Os critérios elencados nos números anteriores são também aplicáveis à afixação de mensagens publicitárias de natureza comercial, não sujeitas a licenciamento, em mupis e anúncios electrónicos, luminosos e iluminados, previstas nas alíneas b) a d) do n.º1 do artigo 5.º do presente regulamento, sendo que terá de existir seguro de responsabilidade civil que abranja os suportes publicitários em análise.”

5 - Artigo 57.º, n.º8

“A existência de promotor de estabelecimento, considerando-se como ação promocional de natureza comercial, não sujeita a licenciamento, somente é possível no âmbito dos estabelecimentos de restauração e de bebidas, se for unicamente um elemento, confinado à área de via pública autorizada, para esplanada aberta, e associado ao estabelecimento respetivo (no seu interior), com vínculo laboral ao mesmo, devendo o promotor encontrar-se devidamente identificado, com placa com o seu nome e o do estabelecimento.”

Artigo 57.º, n.º9

“É proibido a existência de qualquer tipo de angariador.”

21 de junho de 2012

Cavaco

A Comissão



Presidente Assembleia: “Está então este ponto à discussão, inscrições sobre este ponto. Está portanto, a proposta inicial com esta proposta da comissão.” -----

Luis Reis: “ Eu não sei se a proposta terá que ir a votação para que haja alteração ao regulamento apresentado. Tenho a informar que a comissão debateu em pormenor e afincadamente todas essas alterações que foram impostas e foram bem ponderadas de modo a proteger toda a orgânica da publicidade. Foi consensual esse pedido de alteração ao regulamento, tornando o regulamento em si um mecanismo extremamente



rigoroso e poderoso para a população de uma situação que enfim, estava fora das mãos das entidades que deveriam gerir e continuar com tudo isso." -----

Presidente Assembleia: "Em relação à questão da votação, o Senhor Presidente da Câmara fez a proposta que foi elaborada pela comissão e sempre com o acompanhamento da própria Câmara, não vê inconveniente que se faça logo a votação incluindo logo a alteração, é isso?" -----

Presidente Câmara: "É isso é, exactamente" -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação com a proposta de alteração da comissão de alterações ao regulamento que foi enviado, logo integrada na própria proposta.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (1) Luis Fernandes -----

Votos a favor: vinte e três (vinte e três) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Maria do Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lage e Lisboa, Ana Simões, Sara Carvela, Carlos Lima, Luis Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.

Ausência: uma (uma) Vitor Clemente -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de Novembro e Dezembro de 2012 e Janeiro e Fevereiro de 2013; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: " A câmara de facto estudou esta situação, e quando coloca Fevereiro de 2013, é certo que deveria, no meu entender, estender até Março de 2013, pelo menos mais um bocado em termos de isenção. É uma opinião, vocês fizeram o estudo, analisaram, porque em Março também a situação de movimento é aquilo que nós sabemos. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Luis Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Sara Carvela, Maria Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luis Reis, Maria do Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lage e Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Rui Bernardo -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Protecção Civil; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: " Solicitava para que o Senhor Presidente ou o Vereador fizesse uma nota explicativa sobre esta taxa municipal de protecção civil. Quais são os valores que estão envolvidos, aquilo que há necessidade. E isto porquê? Eu vou antecipar-me logo, teria sido pedido ao Vereador do PS presente, em termos de reunião de Câmara, quando abordámos esta matéria no que diz respeito às associações inclusivamente da parte dos bombeiros e não só todas as outras com o mesmo interesse. Todas elas estão com dificuldades. Hoje são os Bombeiros a tratar de uma situação que ficamos muito bem por estar a disponibilizar, e que depois iremos lá, mais tarde, possivelmente ao nível das associações, como o Senhor Presidente diz são trinta e três, e depois mais as IPS, as dificuldades vão passar por todos. E era necessário, no meu entender, pedir-se ao Senhor Vereador David Martins para que, junto da Câmara, tivesse e fizesse a sensibilização, para que pudéssemos discutir ao nível de todas as forças políticas de Albufeira, esta situação. Uma situação melindrosa, uma situação que não irá durar só este ano de dois mil e doze. Perpetuam-se problemas de não ter IPSS, todas elas, problemas graves, seria um trabalho todo em conjunto. Mas, no entanto, se o Senhor Presidente assim o entender há uma nota explicativa que depois eu iria ler numa segunda intervenção, Senhor Presidente, ao abrigo do regimento". -----

Presidente Câmara: "Eu percebo o sentimento do senhor deputado da Assembleia Municipal, mas o que é importante aqui é nós percebermos onde estamos. Nós estamos num município que tem de prestar serviço aos seis milhões de dormidas que eu referi aqui, em questão de segurança e protecção civil, e aquilo que é a imagem do concelho. E nós só temos no concelho uma instituição, desta natureza, só os Bombeiros Voluntários de Albufeira. E o meu amigo esteve na formação dos Bombeiros de Albufeira, e passou



pelos seus quadros dirigentes ao longo dos anos. E sabe perfeitamente que estes homens e estas mulheres, que tendo em conta as circunstâncias da própria crise, mas tendo em conta que as alterações que aconteceram no âmbito dos serviços prestados, no âmbito da concorrência que têm, e das exigências que têm, porque eles estão no centro do Algarve e dão apoio na A22, dão apoio na A2, e não só em termos de incêndios. E quando o município tinha condições para assumir uma determinada verba de apoio à instituição, sempre o fez até ao ano passado. Acontece que neste momento, face a esta conjuntura toda, não tem. E esta questão, é uma questão que não tem, não foi Albufeira que foi inovadora nesta matéria, há outros municípios que têm procurado que a taxa de protecção civil seja canalizada, neste caso só temos uma instituição desta natureza, e portanto eu penso que o que aqui fizemos, independentemente de aceitar e perceber que tem de haver em relação às outras uma atenção e perceber como lá vamos chegar, e já agora quero dizer, que por exemplo, o meu colega de Vila Real, hoje levou à Câmara Municipal e à Assembleia uma taxa de um euro por dormida no concelho. É só para dizer que as razões para que essas verbas sejam canalizadas exactamente para apoios diversos às instituições e obviamente aos clubes desportivos. Nós, aquilo que estamos a falar é de uma instituição que é única, eu não vou fazer a apologia da instituição, eles estão aqui, vieram aqui por iniciativa, com certeza, ninguém lhes disse para virem cá, e sabem como tem sido o apoio da Câmara nos momentos mais difíceis. Nós temos estado sempre lá, e continuaremos a estar. E entendemos que nesta altura, para a sobrevivência desta instituição a Câmara tem de dar um sinal, e a Câmara deu sinal. A proposta foi do Vereador Quintino, como tem essa matéria mais presente do que eu, eu pedi para ser ele a preparar os números, preparar isso tudo, fez a proposta a qual a Câmara aceitou e que a Assembleia Municipal se vai pronunciar. Agora, as razões porque foram os Bombeiros foram estas. É uma questão de emergência, uma questão de necessidade e é uma questão de protecção dos bens, no contexto dos fogos e a questão humana, que esta gente não pára, não dorme e sabemos do que estamos a falar. O meu amigo sabe muito bem disto, tanto quanto eu, até soube melhor e antes de mim, mas de qualquer das maneiras fico aqui um bocado na dúvida, o facto é que esta é a razão pela qual a Câmara fez esta proposta, não está aqui em causa as IPSS, e o município tem procurado, junto de outras instâncias, como fez com o Ministro da Administração Interna e trazendo cá o Secretário de Estado para perceber bem a natureza desta instituição, das dificuldades que eles têm na compra dos materiais, no preço dos gasóleos, e nessas coisas todas. E levaram um documento daqui dizendo que têm milhares de quilómetros todos os anos, têm um conjunto de despesas brutais, e têm de servir um concelho que recebe do DECIF quatro milhões de euros por ano, quando no fundo eles têm de dar resposta a seis milhões de dormidas neste concelho. Se o Vereador Quintino tiver aí alguns números, não sei se o senhor



Vitor pediu já os números ou não, mas como vai fazer outra pergunta, portanto não sei. Se o Senhor Presidente achar bem que o Vereador dê os números." -----

Vereador Quintino: " Esta proposta, naturalmente, foi discutida em executivo, e teve por base aquilo que foi uma comissão pública, que chegou há relativamente pouco tempo e que tinha à volta de mil e muitas assinaturas, e tem uma fundamentação económico-financeira, os senhores membros da Assembleia receberam também o conjunto do que é a proposta e vai ao encontro daquilo que é solicitação exacta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, para aquilo que acho que é o valor capaz de suportar as despesas ao longo de um ano. E portanto, esse foi o valor base deste estudo económico, e tendo em conta aquilo que é a tipologia de cada um dos consumidores, para que fosse atribuído um valor para que depois, o somatório de todos esses valores se chegasse a esse valor, que é aquilo que consta do orçamento dos Bombeiros Voluntários para o próximo ano, e que deram indicação ao município daquilo que seria o necessário para poderem gerir a associação. E portanto a base de cálculo tem a ver com aquilo que é cada tipo de contador comercial, industrial, doméstico, escolas e as repartições públicas, sendo que os consumidores com deficiência e sociais ficarão isentos ao abrigo desta proposta. Nós temos trinta e oito mil cento e noventa e dois contadores domésticos, novecentos e cinquenta e três industriais, duzentos e oitenta e três de obras, mil duzentos e seis de rega, quarenta e dois de repartições públicas ou similares, e mil quinhentos e catorze comerciais. Ora, atribuindo a cada uma tipologia que eu referenciei um determinado valor, que o executivo achou que era socialmente justo, nomeadamente um euro e meio cada contador comercial que facture num mês, oitenta cêntimos por cada contador doméstico que facture por mês, cinco pelos industriais, dois pelas obras, um e meio pela rega e um pelas repartições públicas, com a isenção de zero para beneficência social, iremos atingir um valor cobrado a reverter a cem por cento para os Bombeiros Voluntários de Albufeira, por mês de quarenta mil euros. Este valor multiplicado por doze resulta nos quatrocentos e oitenta mil euros, que é o valor de referência que nós temos no orçamento da Associação dos Bombeiros Voluntários. Esta é a base de cálculo que tivemos, este foi o raciocínio que fizemos para fazer esta proposta à Câmara, que foi aprovada por unanimidade, e trazer depois aqui à Assembleia para que se pronuncie." -----

Presidente da Câmara: " Quero só fazer uma nota, para acrescentar que esta verba é aquela verba que desde sempre os Bombeiros Voluntários de Albufeira disseram que era à volta de um terço do orçamento total do ano. Portanto, é dentro deste equilíbrio que se procurou atingir estes números. E foi essa a indicação, obviamente, também não podíamos ir além disto, até porque foram os dados que foram tidos como referência para que a instituição pudesse dar respostas de acordo com as suas necessidades."-----



Rui Serôdio:” Sr. Presidente congratulo-o pela atitude da Câmara e por este subsídio que vai ter aos Bombeiros, é pena é que tenha vindo tarde. Porque a anterior direcção em Novembro de dois mil e nove tinha feito esta proposta, com poucas mudanças, mas a proposta é exactamente de igual valor, é pena que seja tarde. -----

Vitor Clemente:” Senhor Presidente, muito obrigado pela parte da explicação, e daquilo que diz respeito à Associação dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, tenho pleno conhecimento e grande número dos bombeiros conheceram-me naquela casa também. Ao Senhor Vereador, muito obrigado pela situação da parte dos números, eram esses números que estavam pedidos e que lamento não terem sido fornecidos, mas no entanto, nada está aqui colocado em causa, seja no que for, à situação dos Bombeiros ou qualquer outra instituição. Se bem que da bancada do PSD, já surgiu uma voz contraditória no que diz respeito ao tardio, mas mais vale tarde do que nunca. Isto para que possamos ver os números com realidade. E a realidade de facto é esta, foram números que também consegui obter no passado, a diferença não é muito grande, mensalmente, a tarifa de conservação de águas residuais, os domésticos entregam a cem por cento, quando a cobrança é totalmente feita, isso também sobre o valor que irá ser facturado, nem todo ele é cobrado. Vamos ter logo isso em cuidado. Não é dizer que a gente recebe os quarenta mil mensais e vamos entregar os quarenta mil euros. O que se receber sobre esta taxa é que será entregue, para terem isso em consciência. Mas no entanto, dizia eu, a tarifa de conservação de águas residuais, a câmara recebe mensalmente cento e cinquenta e dois mil euros. Significa que, de todas as tarifas, da conservação de resíduos sólidos e da tarifa da disponibilidade, que é o tal aluguer de contador, que deixou de ser aluguer de contador, a câmara recebe em relação aos domésticos quatrocentos e setenta e cinco mil euros. Em relação ao comércio, recebe quase quarenta mil e quinhentos, em relação à parte industrial recebe vinte e seis mil seiscentos e cinquenta, da rega recebe dez mil e oitocentos, fora os outros. Em números, exceptuando esta taxa, a câmara recebe mensalmente, desde a hora que se pague a água, que entre nos cofres da câmara, quinhentos e cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta, só no que diz respeito a esta situação destas tarifas, e com a aplicação da tarifa da protecção civil, valor esse, a ser depois encaminhado após o recebimento, não é no mesmo, no mês seguinte, andará na casa dos trinta e nove mil duzentos e oitenta euros. Significa que é sete por cento sobre o valor que lá está. E aquilo que, nós de facto acordamos, em termos de matéria, não sacrificar mais os consumidores, estes trinta e nove mil eram para ser introduzidos nestes quinhentos e cinquenta e quatro, Sr. Presidente, eu sei que custa, mas há outras regras que também têm de ser feitas e têm que ser cumpridas, diminuição de custos, temos de fazer isso, por muito que custe a muita gente. Bem como os bombeiros já começaram a fazer essa situação da diminuição de custos, e a parte da autarquia também tem de vir a fazer.



Tenhamos todos a coragem de fazer economia para podermos dar esta situação que muita falta faz e reconhecimento da parte dos bombeiros, eu conheço aquela casa, conheço toda aquela gente, o sacrifício que fizeram, e também na altura de um Presidente de câmara Xavier Vieira Xufre, que colocava mil contos em orçamento e tinha anos que não lhes entregava, nessa altura, e nós tínhamos de sobreviver e viver, porque tínhamos um corpo de voluntários extraordinário, como hoje ainda são. Pessoas, homens e mulheres, com trabalho árduo, muita das vezes esquecendo o lar, e isso Sr. Presidente não é uma situação de dar lições sobre matéria, não, faz bem recordar, para que eu também possa recordar o passado. E aqueles números que trouxe, são números e quero dizer mais uma vez, que de mês para mês, segundo julgo saber, Sr. Vereador pode vir a confirmar, os valores devolvidos pelas execuções fiscais têm algum tipo de aumento, e todos nós sabemos da razão. E por isso, meus caros, se eles vierem a receber vinte e cinco mil euros, significa que da parte do município foram esses vinte e cinco que receberam. E depois não venham dizer que era quarenta, é preferível deixar a situação clarificada. O município não está aqui a dizer: nós entregamos quarenta mil mensalmente, está a dizer, e o Sr. Presidente irá corrigir-me, de facto aquele valor que recebe das taxas de protecção civil é todo para os bombeiros voluntários, para a associação. -----

Presidente da Câmara: " Eu só quero clarificar duas coisas. Este foi o momento que nós encontrámos para resolver o assunto, podia ter sido outro, mas ninguém resolveu. Mas resolvemos este assunto agora. Estas contas são contas estimadas nos números que nós temos, mas há uma coisa que os bombeiros sabem, nós independentemente destas questões nunca metemos em causa, e os serviços nunca deixaram de funcionar pela indisponibilidade da Câmara Municipal, pelo menos enquanto eu sou Presidente, acho que isso ninguém pode dizer. Eu não sei se vamos receber dez, se vamos receber quinze, aquilo que receber é para entregar, nós até podemos ter um conjunto, enfim, e andar nos quarenta e até receber cinquenta, e também entregamos os cinquenta, quer dizer, é evidente, eu não posso fazer isso de outra maneira, mas há questões que são aquela porta é aquele lado e os dirigentes sejam eles, neste caso é a comissão, mas já tiveram dirigentes que na altura, enfim, houve condições para fazer, houve períodos em que isso não foi possível, mas o facto é que o que aqui estamos a assumir é uma vontade de contribuir e ajudar, há gente que acha sempre pouco, não percebo. Mas também há uns que valorizam aquilo que é pouco mas acham que é importante. Agora o que está aqui é dizer duas coisas, acho que esta gente merece que se faça agora um esforço, que haja uma disponibilidade, que a câmara continue a intervir nesse contexto, e é para dar um sinal de natureza não só político, mas também de que a instituição e até para o governo dizer que se vocês não tomam conta daquilo que é uma obrigação que é vossa, porque eles gastam muito, e nem sempre recebem do Estado, ao



longo dos anos aquilo que era o seu merecimento e o seu direito. E portanto o que nós estamos aqui é a procurar dignificar a instituição, dar um apoio, há aqui umas estimativas, esperemos que se consiga, mas é encontrar soluções, é o que estamos aqui a fazer esta noite, independentemente, todos conhecemos melhor ou pior cada um, conhecer melhor a instituição, mas estamos a ver a mesma coisa de forma diferente, mas o objectivo é tentar encontrar soluções para que os bombeiros possam ter uma capacidade de resposta de uma forma diferente e em qualquer lugar dizer, nós em Albufeira, o município, de uma forma global, e a Assembleia demos este apoio, porque vocês sabem, neste país vão fechar muitas instituições dos Bombeiros Voluntários, muitas, e isso é uma realidade, está a acontecer pelo país a fora." -----

Adriano Ferrão: "Neste momento não estou vinculado de qualquer modo aos bombeiros, mas porque exerci funções também executivas tal como o senhor deputado do PS, tenho conhecimento com alguma proximidade, daquilo que são as dificuldades que a instituição passa, tal como o senhor presidente da câmara, sempre informado e por dentro daquela instituição. De qualquer modo, quando foram aqui ditos que os quatrocentos e oitenta mil euros eram uma verba de referência, que se enquadra dentro do orçamento que aquela instituição necessita para ser equilibrada e funcional face ao número de trabalho e serviço. Já foi aqui exposto e apresentado, que, o restante, para lá dos quatrocentos e oitenta mil euros, o orçamento total se cifrava na casa de um milhão trezentos e oitenta mil, andaria por aí, todo o resto desse montante são verbas que vêm dos serviços do estado, e de tudo o que é, no fim de contas iniciativa da própria instituição da associação dos bombeiros voluntários de Albufeira. Não é nada fácil, é uma ginástica tremenda. Requer o empenho de todos. Requer um grande espírito de equipa, de sofrimento, e nem sempre é recompensado, por causa das dificuldades. Mas eu, quando olho para estes valores, não via com maus olhos se as repartições públicas e o estado pagassem um pouco mais do que aquilo que está aqui, não vejo que eles tenham essa falta de capital face aos zero oitenta cêntimos que são pedidos aos particulares. E esse pequeno acréscimo, é um acréscimo que iria resolver muitos problemas para aquela instituição, e quais são esses problemas? É um quartel antigo, que tem zonas completamente podres, tem telhas que se soltam, tem infiltrações por todo o lado, tem inundações, pedaços do próprio tecto que caem. Enfim, há uma necessidade urgente de intervir naquele quartel. É que os quatrocentos e oitenta mil euros garantem a estabilidade dos serviços, mas não garantem aquilo que era necessário para reabilitar aquele quartel. Aquele quartel poderia ser, quem sabe, transferido para uma zona que desse mais eficácia ao próprio serviço dos bombeiros. Um quartel desse tamanho não faz sentido dentro da cidade, no coração da cidade. De qualquer modo, esta posição da câmara, embora com algum atraso, vai servir de muito, vai dar força e a estabilidade necessária àquela associação e também serve de



pedagogia cívica à população. E por isto eu cumprimento o senhor presidente da câmara nesse sentido, que realmente sempre quisemos fazer sentir junto da população as necessidades e a necessidade de fazer com que essa população apoiasse mais, o que nem sempre era conseguido. Os tempos estão maus, as próprias empresas privadas fugiram às suas responsabilidades cívicas, e eu penso que esta é uma medida com uma intenção de pedagogia cívica. É uma pena que o estado não faça aquilo que já há muitos anos está em consideração na Liga Nacional dos Bombeiros que seria o plano nacional de financiamento dos bombeiros e isso sim, seria estruturalmente a solução de um problema destes tão grande que vai arrastar muitas populações neste país para dificuldades ainda maiores se não para a sua extinção das corporações de bombeiros. Depois, enfim, quanto ao meu colega do partido do PS, enfim, no seu discurso e dado o ponto que estamos a falar, eu não via qualquer interesse em estar a dispersar para a contenção de custos da câmara, a contenção de custos dos bombeiros, etc. Parece-me um pouco demagógico e derivativo que não leva a coisa nenhuma, é uma medida única, é uma proposta precisamente para a instituição nada mais que isso. Deste modo, um bem haja aos bombeiros voluntários de Albufeira." -----

Luis Reis: " Só para afirmar que o PS nunca teve qualquer tipo de pensamento contrário à participação e à concordância desta medida que foi, felizmente tomada, contudo, tomando agora as últimas palavras que foram proferidas, não considero que as palavras do colega Vitor Clemente sejam ou possam ser traduzidas como demagógicas, porque demagógico é aquilo que nós estamos aqui a fazer com uma câmara sem dinheiro absolutamente nenhum e gerida de há não sei quantos anos para cá pelo mesmo poder político. O tema demagogia, é falar fácil dizer que isto é demagógico, mas vamos para a rua, e vamos ver as pessoas com necessidades, que são, se calhar sessenta por cento da nossa população em Albufeira, ou mais, com a Santa Casa da Misericórdia que tem muita gente e conheço muita gente, quer vizinhos, quer da frente quer de trás, quer do lado, e conheço muita gente em dificuldades, assim como vocês devem conhecer, portanto demagogia é falar num local como este que tem de ter um poder decisório tão grande sobre os aumentos de todos os impostos, taxas, etc, e depois vir falar que é preciso racionar pois demagogia é falar dessa maneira é pena, perante a população local principalmente aqueles que são mais desfavorecidos e que não conseguem apoio em lado nenhum não estejam presentes em assembleias destas, que eu gostaria de ver os deputados a afirmarem que era demagogia, pedir a uma câmara para fazer um plano de austeridade, gostaria de ver a população local cá, os desprotegidos e aqueles que estão a passar sérias dificuldades, ao verem aqui os deputados a dizer que é uma situação demagógica estar a pedir para fazer um plano de austeridade, seja a que instituição for. E quanto à afirmação de que isto é uma situação única, é impossível afirmar isso, porque um dia mais tarde aparece-nos aqui mais uma associação ou mais



uma entidade de auxílio às pessoas mais desfavorecidas, seja ela qual for, que possa estar em situação escalabrosa e deixar de prestar assistência aos dez, vinte, trinta, quarenta, ou cinquenta pessoas em estado de degradação social e a câmara não vai com certeza retirar apoio criando também algo que possa contribuir para a salvação desse tipo de pedido. Portanto era só para defender estas situações, e eu penso que há uma separação gravíssima entre os interesses das pessoas que se encontram presentemente dentro da chamada crise, há um desfazamento enorme entre o poder de escritório, que é o poder que nós temos aqui político e a rua. Se perguntarmos às pessoas se as pessoas votaram para que nós tivéssemos poder para os penalizar em tudo o que era possível, se calhar não estaríamos cá, se calhar não haveria assembleia, nem poder político, tenho dito."-----

Carlos Lima: " Eu gostava de centrar o debate, que efectivamente é importante, que é da Associação Voluntária dos Bombeiros, todas as intervenções têm o seu cabimento e eu acho que nunca é demais realçar o trabalho desta Associação, e não podemos a troco seja do que for, de interesses políticos, de discursos mais ou menos bonitos, esquecer o fundamental que é o grave problema que a Associação dos Bombeiros atravessa e por consequência os graves problemas que a população de Albufeira irá atravessar se nós não acautelarmos esta associação. Eu acho que nunca é demais realçar o trabalho, se calhar compete a mim propor aqui um voto de louvor a esta associação, mas eu acho que nesta altura devemos deixar os números de lado, pelo menos aqueles que não têm interferência na sobrevivência da associação, porque isso deverá ser tratado noutra âmbito, e como devem saber, eu desde sempre achei muito estranho e esquisito a gestão dos dinheiros para esta associação, e isso era uma coisa que nem sequer se devia colocar, porque esta associação não se deve preocupar com questões financeiras, tem que se preocupar é com o bem-estar das populações e para isso é que alguns profissionais, outros voluntários dão o seu dia-a-dia. Portanto, eu gostava que este debate fosse mais centrado nisso, as questões das contas, que normalmente eu pego por aí, mas acho que desta vez, em nome da associação o debate deve ser centrado no valor que eles pedem e temos de achar uma forma para eles sobreviverem sem problemas, e pelo que eu ouvi o Adriano dizer esse dinheiro parece que não chega para nada, acho que as contas têm de ser feitas de maneira a que não estejamos daqui a uns tempos preocupados por não haver bombeiros. O senhor presidente disse que parece que é o que está a acontecer por este país fora, portanto vamos defender aquilo que temos, temos muitos volumes, temos associações, temos muita coisa. Todas as instituições devem ser tratadas de igual modo e devem ser salvaguardadas, mas os bombeiros, acho que têm de ter um tratamento, não é um tratamento especial, é um tratamento que nós temos de lhes dar porque senão eles não nos vão poder tratar como realmente pretendem. Portanto acho que, eu não estava a



pensar intervir hoje, mas não podia deixar em claro que estamos a falar de uma das instituições, não digo a mais importante, porque todas são importantes, mas uma que depende de nós, e se vamos pedir algum sacrifício à população, eu acho que nós como representantes desta população, devemos aprovar também algum sacrifício da população para que os bombeiros possam ter os meios para minorar essas mesmas preocupações da população. Era só isto que eu queria dizer." -----

Francisco Calhau: "O que eu queria dizer é, que me revejo nas palavras do senhor Carlos Lima, da bancada que não é a minha, e isso é a prova de que não há aqui demagogia nenhuma. Estamos a falar de uma instituição, talvez a mais importante, e daquelas, e que penso que todas as pessoas estão sobrecarregadas com taxas, com isto e com aquilo, mas todos compreenderão melhor que qualquer outro esta taxa. Todas as pessoas sentem uma insegurança muito grande se virem que esta instituição cai com a falta de apoio que possa ser prestado. É uma das instituições que mais assenta no bem-estar das pessoas sem dúvida alguma. Esta é daquelas que, sem dúvida alguma, nós aprovamos com gosto, com vontade, e portanto acho que não vale a pena dizer mais nada, a não ser apresentar isto para relembrar que é uma das instituições que nós temos a obrigação de defender." -----

Adriano Ferrão: "Quando a gente fala de demagogia, é uma palavra que leva as pessoas a exorbitar, às vezes, o verdadeiro sentido dela. Há aquela demagogia fácil, que é aquela demagogia de prometer sem intenção de cumprir. Essa é a demagogia que nós conhecemos. Depois há outra demagogia, é uma demagogia mais subtil, que é aquela demagogia de levar as pessoas a derivar nos assuntos. Pegamos num assunto e derivamos num outro, desviamos a atenção das pessoas em aproveitamento de intenções próprias e particulares e de repente esquecemos o assunto em questão. De modo que depois, há sempre aquela palavra que é o "se calhar as pessoas lá fora", "o se calhar", e preocupam-se com a opinião pública lá fora, que eu saiba não é verdade e nem a conhecem. Se é só um raciocínio seu, eu também tenho o meu e vamos criar sempre aqui uma situação destas, cada um de nós os dois tem a sua opinião." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Luis Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Sara Carvela, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luis Reis, Maria do Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lage e Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de



Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

Vitor Clemente apresenta declaração de voto. (Doc. 4)-----

Taxa Municipal de Protecção Civil

Declaração de voto

Os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira, da Lista do Partido Socialista

Votamos a favor da proposta por considerarmos que de facto os Bombeiros Voluntários de Albufeira necessitam desse nosso apoio no que respeita às suas eventuais dificuldades financeiros/económicas que veem atravessando a alguns tempos a esta data,

É uma Associação de carácter social, sem direcção, dado que a direcção eleita se demitiu das suas funções por considerações que a ela diz respeito e em que o poder executivo está numa comissão que julgamos de plenos poderes, e por julgarmos é que demos o nosso voto favorável ao solicitado pelo executivo Municipal.

Não estando demonstrado na proposta do executivo de valores e como será feita a transferência para,

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, como tal e nesta declaração de voto manifestamos que de facto para tal transferência tem o executivo Municipal dito Camara Municipal de celebrar um **CONTRACTO PROGRAMA** com a Associação nos termos da Lei, para que ao abrigo da legalidade seja processada a transferência dos valores da Taxa Municipal de Protecção Civil.

No contracto Programa, venha e estar incluído para além dos valores da transferência mensal nos termos da cobrança efecticavada a fiscalidade da responsabilidade do executivo Municipal, com relatórios mensais devidamente elaborados remetidos à Mesa desta Assembleia Municipal.

O não cumprimento do preceituado na Lei, nos membros desta Assembleia Municipal de Albufeira, sentimos desvinculados da Taxa Municipal de Protecção Civil.

Albufeira, 20 Junho 2012

[Handwritten signatures]



Francisco Calhau: "Gostaria de reafirmar que sentimos honra em colaborar para a instituição que acabamos de falar."-----

PONTO SEXTO E SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2012-2015, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro;-----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para o ano 2012 e 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal - 2012, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia:" Sobre estes pontos vou propor que sejam retirados.

Fundamentação: compatibilizar estas questões das grandes opções do plano e dos orçamentos com a Lei dos Compromissos. Porque eu tenho algumas dúvidas sobre isto, em termos do enquadramento. Na minha opinião isto deve ser melhor visto, e talvez o ideal fosse a criação de uma comissão para se analisar isto. Proponho que estes pontos sejam retirados e criada uma comissão de análise com as várias forças partidárias." ---

O Presidente da Assembleia coloca a votação a proposta de retirar os dois pontos e constituir comissão. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Vitor Clemente, Luis Fernandes -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Sara Carvela, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luis Reis, Maria do Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lage e Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. ---

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 21 de Junho de 2012 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____
